

Carnaval, turismo e trabalho informal na Bahia: tanto negócio e tanto negociante

Marília Flores Seixas de Oliveira (marilia@uesb.br)*

Orlando J. R. de Oliveira (ojro@terra.com.br)**

Resumo

Este artigo analisa algumas relações entre as dimensões simbólico-culturais e as dimensões materiais-econômicas do Carnaval de Salvador, festa de forte cunho comercial que movimentava tanto a economia formal quanto os micro-negócios e o trabalho informal. Para discutir o atual cenário carnavalesco, busca-se compreender vários elementos da estrutura social baiana, sob as perspectivas sociológica, antropológica, histórica e econômica, de maneira a se ampliar o enfoque sobre a relação entre a economia do lazer e o trabalho informal nesta festa.

Palavras-chave: Economia do lazer; trabalho informal; turismo; carnaval; indústria cultural

Abstract

This article analyzes some relations between the cultural-symbolic dimension and the social-economic one of the Salvador's Carnival, party with a big commercial content that puts into motion the formal economy's resources and the micro business's and the informal work's one, too. To analyze the current scene of the carnival, the article searches to understand several elements of the local social structure, under the sociological, the anthropological, the historical and the economic perspectives, in way to extend the approach about the relation between the leisure's economy and the informal work in this party.

Key-words: Leisure economy, informal work, tourism, carnival, cultural industry

Festa e trabalho informal na cidade da Bahia

"Que bloco é esse, que eu quero saber, ê, ê? É o mundo negro que viemos mostrar pra você. Como crioulo doido, como bem legal, temo cabelo duro, como bleque pau"

Paulinho Camafeu (Ilê Aiyê)

O desemprego e o grande contingente de pessoas sobrevivendo à margem de estruturas sociais e políticas são problemas contemporâneos mundiais, que se apresentam como realidade nos mais distintos países e contextos socioculturais. Em países periféricos como o Brasil, tal situação se agrava ainda mais: como consequência da desigualdade histórica, o país nunca chegou a atingir patamares mínimos de equidade e justiça social, configurando-se como um dos países mais desiguais de todo o mundo. Atualmente, as imposições do modelo financeiro internacional, suas implicações econômicas e político-administrativas, o desemprego estrutural e o rápido aumento da pobreza e das desigualdades tornaram mais visível a situação de exclusão e a miséria em que se encontram inúmeros brasileiros.

Por outro lado, a valorização do lazer e a indústria cultural erigem as festas populares como privilegiadas oportunidades de produção de riqueza, sendo o Carnaval, no Brasil, o grande ícone do modelo de economia do lazer. Neste artigo, são analisadas as características do cenário carnavalesco de Salvador, suas configurações atuais numa cidade em que a informalidade sempre desempenhou papel conjuntural importante na economia, bem como as formas de inserção do trabalho informal no carnaval-negócio (Miguez, 1996; Risério, 2004).

Da amálgama à separação: Europa, África, Bahia

No princípio eram fezes, urina, lama...

Depois, vieram paetês, lantejoulas, serpentinas e confetes.

Finalmente, quase nenhum contato físico.

José Carlos Rodrigues

As origens do carnaval se confundem com os primórdios da civilização latina, numa história que reporta a ritos pagãos anteriores ao cristianismo, como as manifestações populares da Roma antiga, chamadas saturnálias (Saturno), em que se homenageava Baco e Momo, divindades da mitologia greco-romana, e nas quais acontecia um aparente rompimento temporário da estrutura hierárquica da sociedade, pois escravos, filósofos e tribunos misturavam-se em festas que aconteciam na praça pública. Com a imposição do cristianismo, os festejos mundanos passaram a ser objeto de restrição, ficando estabelecido que deveriam acontecer antes da quaresma, período em que o consumo de carne era religiosamente proibido. Deriva-se daí o nome da festa, pois, em dialeto de Milão, "carnevale" quer dizer o tempo em que se suspende o uso da carne. Portanto, antes da quarta-feira de cinzas, marco do início do período de jejum e das restrições da quaresma, os italianos festejavam, com todo tipo de excesso e de inversão, a carnalidade.

Para Mikhail Bakhtin (1987), a carnavalização do mundo impregnava a Idade Média, e, nas festas populares, a paródia, a inversão de sentido, o espírito zombeteiro e a galhofa predominavam: comemorava-se uma vida almagamada, em que tudo se misturava e empilhava, sem fronteiras nítidas a separar o vivo do decomposto; com o lixo, a putrefação e a sujeira impregnando as cidades, a partir de uma sensibilidade que incorporava a decomposição como geradora de vida. Durante a Idade Média, as festas - múltiplas e disseminadas por todos os âmbitos da vida social¹ - tinham como característica a alegria, a irreverência, o transbordamento e o excesso, correspondendo a uma visão de mundo e a uma percepção da vida e do corpo muito distintas das atuais.

Contemporaneamente, há uma nítida separação entre vida e morte, entre limpo e sujo, entre composição e putrefação, entre matéria e espírito, entre ordem e desordem e entre seriedade e riso. O processo de separação se iniciou ainda no baixo medievo, com o

* Professora Assistente de Cultura Brasileira da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Graduada em Letras com Inglês e Literaturas (UESB), Especialista em Leitura: Teoria e Prática (UESB), Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). E-mail: marilia@uesb.br

** Professor de Antropologia Cultural da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Graduado em Arquitetura (UFBA) Especialista em Ciências Sociais (UFBA) E-mail: ojro@terra.com.br

¹ Segundo Rodrigues (1999: 67-68), no medievo a "festa e a carnavalização estavam por toda parte. Estavam nos campos, nas cidades, nas casas dos pobres, nos castelos, nas igrejas" (...) "As festas eram instantes em que os excessos permitiam que aflorassem rivalidades, em que transgressões degeneravam em desentendimentos. Contudo, eram também circunstâncias propícias para as soluções amigáveis, para as confraternizações, para o fortalecimento dos laços de solidariedade"

desenvolvimento progressivo de ações mais efetivas da Igreja na construção de um modo fragmentado de ver o mundo, com oposições contrapondo o que antes estava interpenetrado e fundido, e com dicotomias apartando morte de vida, natural de sobrenatural, falso de verdadeiro, este último passando a ser determinado pela interpretação relacionada com os preceitos oficiais da Igreja (cf. Rodrigues, 1999).

Por volta dos séculos XV e XVI, em Portugal, a festa que antecedia à quaresma era chamada entrudo e tinha contornos ainda bem agressivos e escatológicos: em meio a excessos de bebida, apetite glutão, atos e cortejos, danças e procissões, irreverência, insolência e inversões hierárquicas, as brincadeiras envolviam diferentes aspectos do corpo e da carne, como fezes e urina que, juntos com lama ou farinha, eram jogados nas pessoas, fosse dentro de bolinhas de cera, fosse de qualquer outra maneira, conforme o princípio de fruição, alegria e ironia, com aspecto cômico, popular e público. Sem separações entre atores e espectadores, os entrudos e os carnavais medievais eram vividos por todos que dele faziam parte, sem distinção entre observadores e participantes, consagrando, ainda que temporariamente, uma igualdade oposta às hierarquias, estas ridicularizadas de toda forma. Aos poucos, entretanto, as cisões, separações e os ordenamentos - que ocorreram historicamente na sociedade ocidental, alterando o modo ser e de interpretar o mundo - implicaram também em alterações no carnaval e nas festas populares, tangenciadas pela contínua busca de controle das elites, estas ininterruptamente mobilizadas na construção de um mundo hierarquizado, higienizador, rigoroso, separador, e, por fim, científico e mecanizado.

No Brasil (e na Bahia), o entrudo que chegou com os portugueses, apesar de manter o mesmo tom de anarquia, algazarra e violência, ganhou contornos e expressões locais, principalmente frente à expressiva participação da população negra, fossem escravos ou libertos. De maneira geral, a presença negra

influenciou as mais diversas manifestações culturais da Bahia e, em particular, da cidade de Salvador. A resistência negra ao sistema escravista foi contínua, múltipla e fragmentária, e a Bahia, por sua grande concentração negra, foi e é símbolo desta resistência. Uma importante dimensão da resistência são as práticas e códigos da cultura que, remetendo a sistemas originários da África negra, sobreviveram às pressões do escravismo, como as festas, as religiões, o ritmo, os tambores, as batucadas² ... Para Gil e Risério (1988), espaços de manobra sutis foram básicos na capacidade negra de reação ao rolo compressor deculturativo, bem como a re-elaboração de valores e de instituições originariamente africanas, com uma estratégia baseada na dissimulação, no jogo duplo, nas frestas, no recarregamento semântico (subversivo) do espaço permitido, num processo de vigorosa recriação simbólica da vida africana, permitindo a preservação de um ethos específico que sobreviveu a todas as pressões da elite dominante. Irmandades e agremiações etno-sociais urbanas também se constituíram em núcleos de luta contra a escravidão, apesar de serem também instrumentos de assimilação e controle católico.

A partir do século XVIII, com o surgimento gradual de centros urbanos mais densos e diversificados em atividades e serviços, como Salvador e Rio de Janeiro, as novas configurações que aconteciam na Europa começam a influenciar as elites locais, culminando com o surgimento, já no século XIX, de diversões públicas voltadas "ao gosto das camadas burguesas: as festas carnavalescas de rua e as diversões em ambientes fechados, como os bailes públicos e os espetáculos do teatro musicado" (Tinhorão, 2000: 133).

Em meados do século XIX, época em que se pretendia a construção de um projeto mais "civilizado" para o Brasil, o entrudo foi proibido e substituído por um carnaval bem mais contido e cidadão, nos moldes europeus de então. O tempo do carnaval de elite chegou junto com o modelo modernizante de civilização,

² "Música, dança, canto (...) no centro o ritmo, o fator vital da música negra (...). No meio das batucadas, passavam outros batuques. Além da roda de samba, do simples divertimento, os negros usaram os tambores para manter vivas suas crenças e cultuar os seus deuses" (Gil e Risério, 1988: 108).

afastando, com sua assepsia urbana, todos os excessos e desregramentos do entrudo. Os bailes de máscara e os desfiles de rua organizados em préstitos e sociedades carnavalescas substituíram a expressão bárbara da festa anterior³.

No carnaval de 1878, em Salvador (na época com cerca de 120 mil habitantes e expressiva concentração de riqueza e poder), já se usava importar da Europa roupas, adereços, enfeites, chapéus, bebidas e jóias para fazer frente ao progressivo luxo dos bailes e à rivalidade das agremiações elitistas e dos clubes carnavalescos, incorporando-se crescentemente o modelo branco-europeu, notadamente sob a influência do carnaval de Veneza, na Itália, e de Nice, na França. Um marco na história do carnaval de Salvador foi o do ano de 1884, em que se iniciou a organização dos festejos de rua com desfiles e cortejos de clubes, corsos, carros alegóricos, triunfando um modelo de carnaval como festa civilizadora⁴.

Frente a tais mudanças, a população negra e mestiça de Salvador (habitual e basilar participante dos entrudos e das festas populares), fazendo jus a sua manifesta capacidade adaptativa e assimilativa, passou a incorporar o novo modelo de folia momesca, organizando, a partir de agremiações (novas ou já existentes), grupos carnavalescos para participar dos desfiles públicos, como a Embaixada Africana⁵, os Filhos da África, a Chegada Africana e os Pândegos da África, este fazendo grande sucesso em 1899, levando para o desfile do carnaval de rua "um carro em que se representava o rei Labossi, cercado de seus ministros, na margem do Rio Zambere" (ibidem: 562). Em paralelo às participações negro-mestiças mais formais e adaptadas ao padrão "civilizado", como clubes, agremiações e entidades, outras expressões culturais e artísticas, a exemplo das batucadas, dos candomblés⁶ e das rodas de samba, continuaram a acontecer, consideradas (e combatidas) pelas elites como manifestações de primitivismo e barbárie.

Com o surgimento de um número crescente de afoxés e grupos carnavalescos

organizados por negros, acontece uma segregação espacial na organização do carnaval, condizente com a divisão social do espaço urbano que se acentua à medida que a cidade cresce e as diferenças sociais de caráter étnico-racial se consolidam, até se chegar na situação atual, em que os piores índices sociais incidem prioritariamente sobre grande parte da população afro-descendente e mestiça do Brasil. Assim, antes de ser proibido pelas autoridades (a proibição durou de 1905 a 1914) o carnaval negro-mestiço baiano foi segregado espacialmente: os afoxés desfilavam na Baixa dos Sapateiros, no Taboão, na Barroquinha e no Pelourinho - áreas do centro antigo e decadente -, enquanto os grandes clubes da elite soteropolitana exibiam-se nas áreas mais "nobres", numa espécie de compromisso tácito de divisão espacial de classes e de ritmos no Carnaval.

Trio-elétrico e carnaval-negócio: cenários da festa

"Toda a eletricidade, trio elétrico e o seu gerador, toda a energia que magnetiza a cidade pára pra deixar o bater do tambor"

Caetano Veloso

Ao longo do século XX o carnaval baiano, bem como o mundo, passou por inúmeras e surpreendentes mudanças, constituindo-se na própria invenção do diabo que deus abençoou, como afirmava Caetano Veloso na década de 70 e condizendo, cada vez mais, com o princípio do lucro e a lógica do mercado característicos da sociabilidade do planeta no período, transformado, irrevogavelmente, pelos "moinhos satânicos" (Polanyi: 2000).

A proibição do carnaval negro-mestiço, que durou até 1914, resultou num recrudescimento da força da participação da comunidade negra, representada basicamente pelos afoxés restantes e, posteriormente, pelo surgimento de novos, nos anos 30 e 40. Dois grandes marcos acontecem em 1949: a criação, por estivadores do Porto de Salvador, do Afoxé Filhos de Gandhi (em homenagem a Mahatma

3 "A trajetória histórica do carnaval expressa bem esse destino de progressivo silenciamento do cômico e do irreverente. Esses componentes da festa carnavalesca foram desaparecendo à medida que o capitalismo, a Igreja e o Estado se foram fortalecendo (...)" (Rodrigues, 1999: 75).

4 Cf. Risério, 2004: 561

5 O site Oficial do Carnaval de Salvador (www.carnaval.salvador.ba.gov.br) cita a "Embaixada Africana" como o primeiro afoxé a participar do carnaval de Salvador, tendo desfilado pela primeira vez em 1895, "com roupas e objetos de adorno importados da África" e sendo organizado pelos negros nagôs (iorubás).

6 O termo "candomblé" é utilizado, neste caso, como uma designação mais genérica, abrangendo formas de batucadas e de danças, não estando restrito, aqui, à esfera religiosa propriamente dita.

Gandhi, líder pacifista assassinado no ano anterior e símbolo da luta contra a presença colonizadora europeia no continente africano) e a eletrificação do frevo pernambucano, por Dodô e Osmar, que desfilam pela cidade encima de uma "fobica", gerando tanto uma nova forma de brincar o carnaval quanto o que viria a ser o grande produto do carnaval baiano, o trio elétrico (cf. Risério, 2004: 564-5).

Estavam esquematizadas as linhas básicas das grandes vertentes da indústria cultural do carnaval da Bahia: a forte e marcante presença negra (que oscilou ciclicamente em ondas de maior ou menor valorização cultural e social) e o trio elétrico, paulatinamente incorporado ao espírito empresarial, tornando-se parte da indústria do entretenimento e de um negócio que momentaneamente, atualmente, uma receita de mais de 160 milhões de dólares, que conta com 553 marcas de investidores expostas oficialmente em seus circuitos e que atrai cerca de 1 milhão de visitantes, num fluxo turístico que já supera o carnaval-espetáculo do Rio de Janeiro (dados relativos a 2004, no site do carnaval de Salvador).

Foi durante os anos 70 que se iniciou o processo de expansão do carnaval da Bahia no cenário nacional, ocorrendo basicamente no plano da repercussão do trio elétrico como símbolo de carnavalização e festa e na perspectiva do aumento do fluxo turístico, o que requeria tanto investimentos nos equipamentos de hotelaria quanto uma maior organização administrativa e empresarial, resultando também nos primeiros movimentos de privatização do trio elétrico, a partir da atuação de grupos de pessoas (de classe média e alta)

que organizaram blocos de trio, ainda amadoristicamente. Em 1978, emerge, como marca de profissionalização e do modelo que viria a ser a vertente principal da elitização do carnaval baiano, o Bloco Camaleão, fundando, assim, de maneira irreversível, o processo de mercantilização da festa momesca (cf. Miguez, 1996: 85-87).

É, entretanto, nos anos 80, que deslançam e se potencializam as oportunidades de produção de riqueza, de



receita e de negócios criadas pelo cenário carnavalesco de Salvador, tanto sob o ponto de vista formal e de maneira diretamente ligada à festa quanto de forma indireta ou sob o ponto de vista da economia informal. Para Miguez (1996), as principais inovações que surgiram com os blocos de trio são a adoção de estrutura organizacional flexível, o recurso de novas soluções para conquista dos

associados, a introdução de mudanças da configuração física e tecnológica dos trios (cada vez maiores e mais sofisticados), a introdução de carros de apoio durante os desfiles (com serviços de bar, sanitário e primeiros socorros) e a prática de se atrelar ao bloco cantores e bandas de sucesso. Miguez (1996: 86) ainda cita como produtos e serviços decorrentes da configuração do carnaval baseada nas empresas de blocos de trio:

"gerenciamento das marcas dos blocos, patrocínios, discos e shows dos artistas e bandas contratados, shows de outros artistas, eventos pré e pós carnavalescos, venda de franquias, participação em carnavais temporões e micaretas em grande número de cidades brasileiras, criação de blocos alternativos, trios elétricos etc."

Outro fenômeno importante ocorrido nas últimas décadas do século XX no carnaval baiano foi a re-valorização da expressão afro-carnavalesca, com a proliferação de "blocos-afros" e afoxés da comunidade negra, alguns criados nos anos 70, outros posteriormente, com a clara proposta política de afirmação da identidade "negro-africana". Assim, no cenário do carnaval de Salvador surgiram o Ilê Aiyê, o Afoxé Badauê, o Malê Debalê, o Olodum, o Arakêtu, o Muzenza... Destes, enquanto alguns permaneceram como referência contínua e outros alcançaram evidência internacional, outros, entretanto, foram devorados pela estrutura cíclica que valoriza e desvaloriza a presença afro-negra no cenário baiano⁷. Nesta ocasião, começam a sair de cena os grandes "blocos de índio", que, nos anos 60, atraíam hordas de jovens pobres da cidade de Salvador, basicamente afro-descendentes, como o Comanches, o Sioux, o Navajos, o Cacique do Garcia, o Apaches do Tororó ou o Tupys (os três últimos permanecendo por mais tempo na cena do carnaval). Risério (1981) afirma que a fundação do bloco-afro Ilê Aiyê, em 1974, representa, em termos carnavalescos, o momento em que acontece a transição do carnaval indígena para o carnaval afro-brasileiro.

O Ilê Aiyê é, decerto, um grande marco no cenário cultural da Bahia, tanto no que diz respeito à perspectiva carnavalesca, da festa e de suas interconexões efetivas e simbólicas (músicas, toques e batidas de tambor, composições, ensaios, danças, discos e outros produtos culturais) quanto no que se refere aos planos da política (pertencimento, identidade e consciência sócio-racial) e da estética, com a afirmação e a valorização étnica e cultural da ascendência africana. Por um lado, enquanto apresentavam africanização em todos os elementos visuais e cênicos do bloco e dos integrantes (instrumentos, adereços, penteados, pintura corporal...) e propunham a novidade de homenagear, a cada ano, uma região, uma tribo ou um povo africano incorporando materiais, estilos, estamparias, indumentária ou costumes na expressão estética do bloco, por outro lado o Ilê proibiu a

entrada de pessoas brancas (não-negras) no bloco, o que provocou questionamentos e reações de toda ordem. As influências e as decorrências do Ilê Aiyê foram muitas e variadas, ao longo de seus mais de 30 anos de existência⁸.

Ainda se pode registrar, como elemento importante dos últimos vinte anos do século XX, o surgimento e o apogeu da chamada "axé-music", com músicas e danças influenciadas pelo ritmo e pelo gingado da cultura negra, caracterizada pela grande inserção na mídia, pela configuração de uma estrutura local de estúdio e gravação, independente do grande mercado fonográfico nacional e pela sua expressividade e receptividade junto ao público. A presença marcante dos ritmos, das danças, das cores e dos batuques dos blocos-afros e dos afoxés na expressão artística carnavalesca da Bahia no período exerceu influências sobre os cantores e as bandas ligadas aos trios elétricos e aos blocos de trio que, no início dos anos 80, buscavam construir um estilo e estabelecer suas produções próprias e independentes.

A profissionalização do carnaval, então em pleno processo de consolidação, combinava a utilização da mídia local (principalmente as rádios FM) com a sistemática produção de festas e eventos pré-carnavalescos, criando, assim, uma grande público consumidor, com sucesso restrito à Bahia. O "Estúdio WR" pioneiramente oferece, na cidade, uma estrutura independente de gravação, possibilitando verdadeiras explosões, como a música "Fricote", de Paulinho Camafeu e interpretada por Luiz Caldas, que derrubou as barreiras da mídia nacional e lançou o gênero do axé music em todo o Brasil, abrindo as portas da indústria fonográfica para a música baiana, representando vultosos lucros e um grande impulso econômico à economia baiana baseada na indústria cultural.

Este quadro, que colocou em cena uma nova realidade, possibilitou o lançamento e a venda de milhares de CDs, o surgimento

7 Como afirmou Risério (1981: 17), "nem sempre os grupos carnavalescos afro-brasileiros estão na crista da onda. É curioso este movimento de maré, de fluxo e refluxo, na transa afro-carnavalesca. Há momentos em que a onda se espalha irresistivelmente, colorindo toda a cidade, seja na época do Pândegos da África, seja no auge do Filhos de Gandhi, seja na explosão do Badauê. E há momentos de retração, quando tudo parece indicar o desaparecimento dos afoxés. Entre um extremo e outro, o inevitável banho-maria".

8 O Ilê "partiu para a criação de algo totalmente novo, iniciando, decididamente, um movimento-estético cultural mais concreta e diretamente enraizado na realidade social e antropológica da Bahia, que terminaria mobilizando vastos setores da juventude negro-mestiça, e desembocaria, finalmente, no já referido processo de 'rafricanização' do carnaval, da juventude e da vida baiana. E que ninguém se engane: o Ilê Aiyê foi criação de uma vanguarda estética perfeitamente consciente do que estava fazendo" (Risério, 1981: 39).

contínuo de novos artistas, bandas e músicas, o aumento expressivo do fluxo turístico, a geração de empregos diretos e indiretos e o crescimento do Carnaval de Salvador.

Ainda sob o ponto de vista da indústria cultural, associa-se à explosão da axé music o surgimento da tendência da mídia e da indústria fonográfica do Sul e Sudeste à valorização das expressões e estilos musicais regionais de todo o Brasil, na descoberta de um novo filão de apelo popular representado por produtos e públicos locais, mas com rebatimento no público e no mercado nacional. Houve um processo de re-inserção da música brasileira nas rádios do País, atribuindo-se mais valor também ao sertanejo paulista, ao pagode carioca, à lambada paraense, ao pop de Recife, além do axé ou da música afro baiana. Como decorrência deste momento de grande expansão do mercado do carnaval, surgiram carnavais e micaretas em vários pontos do país, com a exportação do modelo baiano baseado na associação do trio elétrico às expressões étnicas e culturais e a uma sólida estrutura empresarial e mercadológica.

A cidade da Bahia e o trabalho informal

menino, é jogo duro, é jogo duro!

Jorge Alfredo

Segundo Giddens (1996), a categoria informal se torna uma nova característica da sociedade moderna, já não devendo ser considerada como "sobra" da modernidade: o setor informal constituiu (na década de 90) entre 60 e 80% do emprego urbano nos países periféricos, transformando-se, assim, na regra e não na exceção⁹. Sem dúvida, parcelas consideráveis de setores médios da sociedade também têm incorporado a estratégia da informalidade como meio de trabalho, mas também é inquestionável a associação entre pobreza e informalidade nos países periféricos. Um grande contingente da população brasileira se encontra à margem do mercado e das relações formais de trabalho, sobrevivendo nas

brechas e frestas do sistema, em atividades de alta rotatividade, pouca formalidade e baixa qualificação.

De maneira ainda mais específica à Cidade da Bahia (Salvador), o trabalho informal¹⁰ sempre desempenhou um importante papel na economia e na sobrevivência de sua população mais pobre, seja na memória do seu passado colonial, seja na atualidade: a profusão de mercados e prestadores de serviços nas praias de Salvador - a oferecer com cantorias e entoações água-de-coco, queijo-coalho, picolé, cadeiras e sombreros, tatuagens de henna, massagens... - remetem às imagens dos cantos de "negros-de-ganho", às figuras de Debret ou Rugendas, ou mesmo ao arquétipo da "negra quituteira" ou das baianas de acarajé¹¹. Já na década de 1970, apresentando um estudo sociológico sobre "o trabalhador por conta própria" em Salvador, José Reginaldo Prandi (1978: 99) indicava que o trabalhador por conta própria está mais presente nas regiões menos desenvolvidas do país, ocupando a Bahia, no contexto do Nordeste, um dos primeiros lugares, com um índice de 42 trabalhadores autônomos para cada grupo de 100 trabalhadores assalariados.

O trabalho informal na Bahia é histórico e consequência da desigualdade social do Brasil. Mas o agravamento contemporâneo de ambos decorre também do modelo de crescimento econômico perverso, que acirra desigualdades econômicas e faz com que o país figure no rol dos países mais desiguais do mundo. Muitos brasileiros permanecem à margem das estruturas de trabalho e emprego, sem perspectivas de inserção formal, lutando pela sobrevivência nas brechas do sistema, sem deter os instrumentos mínimos que o mercado contemporâneo exige, resistindo como pode¹². O Estado brasileiro não tem sido eficaz na inclusão educacional que poderia formar adequadamente mão-de-obra qualificada, nem na garantia da inserção da população no mercado de trabalho, demandador crescente de qualificação mais específica para operar o sistema industrial mecanizado ou o aparato

9 No mesmo sentido, Risério (2004:585) afirma que "Em vez de ser uma sobrevivência do passado ou um desvio da norma atual, o trabalho informal cresce hoje, nas economias 'avançadas' do planeta, justamente nos setores de ponta, como a informática. E sua tendência é crescer sempre mais".

10 De forma geral, a noção de informalidade associa-se ao não cumprimento das regras jurídico-institucionais que regulam as atividades econômicas no Estado capitalista, mas o conceito tem sido amplamente discutido por pesquisadores e estudiosos de diferentes áreas, passando a abranger outros significados que o re-caracterizam, principalmente frente à grande importância que tem assumido nas economias contemporâneas.

11 Loiola e Miguez (1996: 28) chamam a atenção para a dimensão estrutural que o trabalho informal assumiu na história na cidade: "As atividades informais não configuram em Salvador, é bom que se diga, um fenômeno de caráter conjuntural. A sua ocorrência é um traço essencial do processo de desenvolvimento urbano da cidade, cujas raízes históricas ultrapassam, largamente, os marcos da industrialização".

12 "O trabalhador por conta própria sobreviveu e se enredou nas brechas do modo de produção capitalista." (Prandi, 1978: 29).

tecnológico utilizado no comércio. Num círculo vicioso, a baixa escolaridade e a qualificação ineficiente decorrentes de uma situação social de pobreza e desigualdade implicam no agravamento do desemprego que, por sua vez, também tem sido um dos fatores de aumento das desigualdades sociais, ampliado, nas últimas décadas, pelas novas exigências tecnológicas do mercado, sustentado na capacidade intelectual em detrimento da capacidade física, excluindo, a priori, um grande contingente de mão-de-obra que não dispõe da formação intelectual mínima.

Nos anos mais recentes, uma união de fatores - relacionados tanto às imposições do modelo financeiro internacional, a suas implicações nas políticas econômicas e nas medidas político-administrativas adotadas no país, quanto ao desemprego estrutural e à rapidez do processo de aumento da pobreza e das desigualdades - tornou mais visível a situação de exclusão e pobreza em que vivem muitos brasileiros, alguns tentando de qualquer maneira uma inclusão, ainda que temporária, buscando o recurso do trabalho informal ou mesmo da marginalidade como alternativa de sobrevivência em bases mínimas. Dupas (1999: 140) agrega a esta situação o conceito de lumpemproletariado¹³:

"A partir de 1990 (...) houve um maior distanciamento da média dos remanescentes na linha de pobreza, ou seja, a distribuição de renda entre os pobres apresenta sintomas de piora, acentuando o que poderia chamar de lumpenização da pobreza".

De forma semelhante, Prandi (1978: 53) associa mesmo certas condições do trabalho informal às modernas situações do lumpem contemporâneo: "certas modalidades de ocupações autônomas nada mais são que formas diferentes do lumpemproletariado moderno".

Por outro lado, há uma tendência, no mercado mundial e nacional, ao desaparecimento do emprego, ou à flexibilização das regras clássicas associadas ao

trabalho, com um aumento expressivo da modalidade "informal" do trabalho em segmentos valorizados no mercado¹⁴.

Outro problema é que, quando os trabalhadores deixam de ter espaço ou perdem suas funções no setor formal do mercado de trabalho, mergulhando na informalidade, enfrentam uma expressiva queda na sua renda média, experimentando, também, uma grande insegurança com relação ao futuro e a sua proteção social (cf. Dupas, 1999: 134).

"Com efeito, as atividades informais ainda primam pelo caráter errático da renda que originam, pela relativa mobilidade entre as distintas atividades e pela precariedade das condições de vida e trabalho dos agentes que lhe dão corpo" (Loiola e Miguez, 1996: 27).

Além das péssimas condições de trabalho e de reprodução social que são enfrentadas por muitos trabalhadores informais das classes mais pobres - que precisam encarar, na sua labuta cotidiana, graves situações de risco e de vulnerabilidade -, outras faces perversas podem ser observadas, como a incorporação do trabalho de todo o núcleo familiar para que se alcance um patamar viável de renda, requerendo tanto o trabalho feminino quanto o infante-juvenil. E outro círculo vicioso se instala, decorrente do afastamento precoce de crianças e adolescentes da escola devido ao ingresso prematuro no trabalho, ampliando a perspectiva futura de manutenção dos membros da família na mesma situação de pobreza ou de miséria em que se encontram.

Voltando à cena contemporânea do trabalho, da exclusão social e do carnaval de Salvador, percebendo que o agravamento da crise social e o crescimento do desemprego têm aumentado em muito a importância da opção da informalidade para a sobrevivência de muitos brasileiros, torna-se evidente que a oportunidade representada pelo carnaval de Salvador atrai pessoas tanto do entorno imediato quanto de lugares mais distantes, como as periferias das cidades mais próximas da capital. Na perspectiva de análise de Risério

13 O conceito de lumpemproletariado é encontrado em textos clássicos de Karl Marx (O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte, Manifesto do Partido Comunista). Escorel (1999: 210) o sintetiza da seguinte forma: "O lumpem pode ser caracterizado como uma última franja da classe trabalhadora, 'os supérfluos dos supérfluos', indivíduos que estão não somente à margem mas fora da dinâmica econômica, porque não têm valor de troca como força de trabalho".

14 Segundo Loiola e Miguez (1996: 25-17), são muitos os estudos mais recentes que têm mostrado "a relação entre a reestruturação dos padrões de produção do capitalismo e a expansão das atividades informais, particularmente devido ao fato de esses novos padrões perseguirem maior flexibilização da produção por meio da intensificação das relações de subcontratação".

(2004: 585), no caso baiano o trabalho informal "se expande no espaço da economia do lazer. Não como disfunção ou desvio, mas como expressão de novos modos e possibilidades de estruturação da economia urbana de Salvador".

Sob a máquina mercante: empresas, informalidade e festa na Bahia

O carnaval baiano tornou-se, assim, uma festa de forte cunho empresarial que mistura, em vários sentidos, suas dimensões simbólicas-culturais às esferas material e econômica, movimentando a economia formal e também os micro-negócios e o trabalho informal. No início do século XXI, é evidente a consolidação do processo de expansão e de privatização da festa, decorrente de fatos e acontecimentos culturais e mercadológicos das últimas décadas do século anterior. Risério (2004:585) afirma mesmo que a festa passa a ser, na cidade da Bahia, o único meio de sobrevivência de muita gente: "enquanto há festa há trabalho".

As diferenças sociais crescentes que existem na sociedade contemporânea permanecem nítidas e contundentes durante a festa carnavalesca. Trilhando o caminho inverso de sua característica histórica de momento de ruptura e inversão da estrutura hierárquica da sociedade, o carnaval expandiu-se pelo sítio urbano de Salvador orientado pela mesma direção elitista verificada no modelo da festa: ao invés da participação ampla das várias classes sociais e de sua distribuição em bairros periféricos e populares, a festa foi direcionada para os bairros nobres, em que pontos turísticos se destacam, associando-se a equipamentos particulares voltados para o mercado (hotéis, restaurantes, bares etc.), mantendo a lógica dos interesses turísticos e empresariais.

Em 2005, foram três os circuitos da festa: o Circuito Batatinha, no Centro Histórico e Pelourinho ("shopping histórico-turístico-cultural" realizado pelo Estado a partir da expulsão dos tradicionais moradores locais), o Circuito Osmar, em área central da cidade com forte valorização imobiliária, e o Circuito Dodô, que

estendeu o carnaval para a orla marítima afirmando-se em bairros de forte apelo turístico, paisagens de cartão-postal com grande número de hotéis, entre o Farol da Barra e Ondina. Predominou, ao longo deste processo de "modernização" do carnaval, o caráter comercial da festa, consolidando-se a elitização dos blocos e a privatização dos espaços públicos: o moderno carnaval da Bahia afastou-se do original sentido espontâneo, participativo, popular e des-hierarquizante que o consagrou, e a definição que melhor lhe cabe, hoje, é a de carnaval-negócio.

Podem ser percebidas, assim, sérias modificações estruturais - e estético-filosóficas - na concepção da festa, transformando o que já foi público (por excelência) em bens e espaços privados, impedindo o livre acesso do grande público popular às mais diversas áreas, que foram sendo privatizadas neste processo. Talvez como decorrência destas mudanças, é evidente a impressão de uma crise na criatividade carnavalesca baiana. Ao invés da fértil inventividade brotada da amálgama e da mistura, ao invés da surpresa causada pelas inversões irreverentes nascidas das rupturas das divisões de classe, ao invés do estranhamento causado pela abolição temporária das hierarquias e separações sociais, ao invés da fruição pura e simples do riso e da diversão libertos das barreiras cotidianas, ao invés da catarse carnavalesca que re-organizava o sentido de pertencimento e de comunidade, o carnaval de Salvador apresenta-se com facetas ordenadas e hierarquizantes, condizentes com a sociedade moderna contemporânea, altamente excludente, elitista, consumista e orientada pelos interesses e padrões de mercado.

Evidentemente a capacidade criativa e inovadora fica comprometida e a produção passa a repetir fórmulas seguras já testadas e aprovadas pelo mercado, que passam a ser copiadas à exaustão. Risério (2004: 584), comentando o comprometimento estético da submissão da criação musical aos ditames econômicos decorrentes da imensa importância

da cultura na produção de renda na Bahia, afirma que alguns "artistas andam mais preocupados, atualmente, com os números do mercado do que com a linguagem da arte", o que se apresenta como uma "grosseira e lamentável veneração do deus-mercado, com a instância estética inteiramente submetida à lógica da caixa registradora".

Assim, contemporaneamente nota-se uma tediosa semelhança entre as bandas de sucesso e entre os blocos de trio, decorrentes, talvez, do afastamento sistemático do contingente popular inventivo, e seguramente do fato inegável de terem se transformados, todos, em produtos, orientando-se prioritariamente pela lucratividade e os interesses mercadológicos, causando no público mais constante ou na população local uma certa fadiga e sensação de *dèja-vu*.

"O carnaval não pode ser pensado, hoje, fora dessas determinações. É o carnaval-negócio, no contexto maior da economia da festa. (...) Um dos problemas diz respeito à relação entre o público e o privado. Ao se cercar de cordas, criando um espaço exclusivo para associados, blocos desfilam privatizando a rua, como se fossem salões-de-festa em movimento. Com isso, corre-se o risco de enterrar o velho 'modelo participativo' da festa, onde todos tinham lugar. O negócio impõe, também, a mesmice estético-musical" (Risério, 2004: 568).

O grande circo de variedades passa a uma grande feira de mesmice, aproximando-se mais do modelo do carnaval-espetáculo, afastando-se da participação popular, com práticas mais - ou menos - sutis, diretas ou violentas de discriminação social, que implicam também em práticas de discriminação racial, ainda que disfarçadas ou inconfessas. A natureza de espetáculo do carnaval de Salvador se acentuou na década de 1980, quando a inserção do folião na festa ganhou contornos cada vez mais econômicos, passando a predominar uma estrutura voltada para os interesses dos blocos de trio e das empresas turísticas, em detrimento da presença e da participação popular.

Práticas utilitaristas e oportunistas também se evidenciam, pois, se em alguns momentos busca-se aproximação temático-estilística com a estética afro-negra da periferia, em outros, passa-se a excluir da cena aqueles que vivenciam no cotidiano a realidade da população negra e mestiça da cidade de Salvador. A produção, movida pelo mercado, torna-se vendável e rentável, formatada para o fluxo turístico e para os olhares deslumbrados com o "exótico" ou o "primitivo". E quem lucra, de fato, são os grandes empresários e os demais setores econômicos expressivos do mercado do entretenimento, da indústria cultural e do lazer.

A economia formal não é a única a movimentar recursos durante a festa momesca em Salvador. Em diferentes "graus de informalidade", os micro-negócios invadem a cena da folia, em todos os circuitos da cidade, estabelecendo variados tipos de relação com o poder público, desde o licenciamento público até a clandestinidade ou mesmo o confronto direto, colocando-se, muitas vezes, nos interstícios e nas frestas do sistema excludente. O carnaval-negócio significa oportunidades variadas de trabalho, antes, durante e depois da festa. A produção das fantasias, por exemplo, pode envolver desde indústrias de roupas e confecções (grandes fábricas ou pequenas pronta-entregas) até estampadores de silk-screen ou costureiras de bairro, artesãos e tecelões de todos os tipos, sem contar a produção de adereços, como abanos, leques, viseiras, chapéus, bonés, colares e contas de todos os tipos, crachás e pulseiras de acesso aos espaços privados etc.

Na própria estrutura organizacional da festa também são incorporados inúmeros trabalhadores temporários, como "cordeiros" (seguradores das cordas de isolamento dos blocos), seguranças, motoristas, garçons, ajudantes, operadores de som, músicos, pintores, mecânicos, artistas plásticos, iluminadores, eletricitistas... Para Miguez (1996:93), os grandes blocos contratam entre 800 e 1000 trabalhadores informais no carnaval.

No Estado da Bahia, berço do Carnaval associado a uma maior participação popular (e oposto, a princípio, ao carnaval-espetáculo tradicional de outros lugares) associam-se diversas variações da festa, como os carnavais fora de tempo e as micaretas¹⁵, estabelecendo um calendário festivo que alimenta a economia do lazer durante todo o ano. Exportando este modelo de festa para outros lugares, o carnaval-negócio alcança hoje, em eventos temporões, diversas regiões do Brasil, incorporando empresas e públicos consumidores forasteiros - e seus capitais - ao montante de recursos movimentados pela economia de lazer.

Assim, em todos os locais em que a festa-negócio acontece, ao lado da estrutura formal da economia, desenvolve-se uma rede de atividades informais, que tanto precede à realização da festa quanto se instala concomitantemente a ela, ocupando o sítio urbano onde acontece. Tais festas, amplamente divulgadas pela mídia, atraem um crescente contingente de pessoas que, estando às margens da estrutura formal da economia, percebem-nas como oportunidades de obtenção de algum ganho e investem tempo, trabalho e seus poucos recursos na tentativa de usufruir, pelas frestas, nacos e quinhões da riqueza em circulação.

A estratégia de sobrevivência em tempos de não-emprego impele, assim, um grande número de ambulantes que, carregando seus isopores, seus tabuleiros, seus carrinhos, suas trempes e fogareiros, seus improvisados displays de bugigangas, oferecem, ao grande público, cervejas, batidas, refrigerantes, água, churrasquinhos, sanduíches, colares, adereços e penduricalhos pelas ruas e adjacências da festa. De certa maneira, a forte presença dos trabalhadores informais nos interstícios e nas brechas do sistema social e da economia do lazer reporta, numa inversão perversa, ao sentido primeiro do carnaval, em que a participação popular era a base da folia momesca. Atualmente, com os ditames do mercado e da modernidade hierarquizante, tal presença se efetua apenas pelas frestas da festa.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. Brasília: UnB, 1987.
- BURKE, P. A Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- DUPAS, G. Economia global e exclusão social; pobreza, desemprego, Estado e o futuro do capitalismo. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- SCOREL, S. Vidas ao leu. Trajetórias de exclusão social. Ed. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1998.
- GIDDENS, A. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: Unesp, 1996.
- GIL, G. e RISÉRIO, A. O poético e o político e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LOIOLA, E. e MIGUEZ, P. "Tabuleiros da Festa: Pequenos negócios & muitos negociantes do Carnaval Baiano" IN: FISCHER, T. (org) Carnaval Baiano: negócios e oportunidades. Brasília: SEBRAE, 1996.
- MIGUEZ, P. "Que bloco é esse?". IN: FISCHER, T. (org) Carnaval Baiano: negócios e oportunidades. Brasília: SEBRAE, 1996.
- POLANYI, K. A Grande transformação: As Origens da Nossa Época. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRANDI, J. R. O trabalhador por conta própria sob o Capital. São Paulo: Símbolo, 1978.
- RISÉRIO, A. Carnaval Ijexá. Salvador: Corrupio, 1981.
- _____. Uma história da Cidade da Bahia. Rio de Janeiro: Versal, 2004.
- RODRIGUES, J. C. O Corpo na História. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.
- TINHORÃO, J. R. As festas no Brasil Colonial. São Paulo: Ed. 34, 2000.

¹⁵ Micareta: carnaval fora de tempo, adotado também como estratégia para contratar grandes atrações (artistas, bandas e trio-elétricos em voga) para outras cidades, fora do período do Carnaval.